

CONFERÊNCIA

ANÁLISE COMPARADA DAS POLÍTICAS
SOCIAIS DOS PROGRAMAS ELEITORAIS

8 SETEMBRO 2015

Auditório 3 da Fundação Calouste Gulbenkian – Lisboa



PAINEL EMPREGO

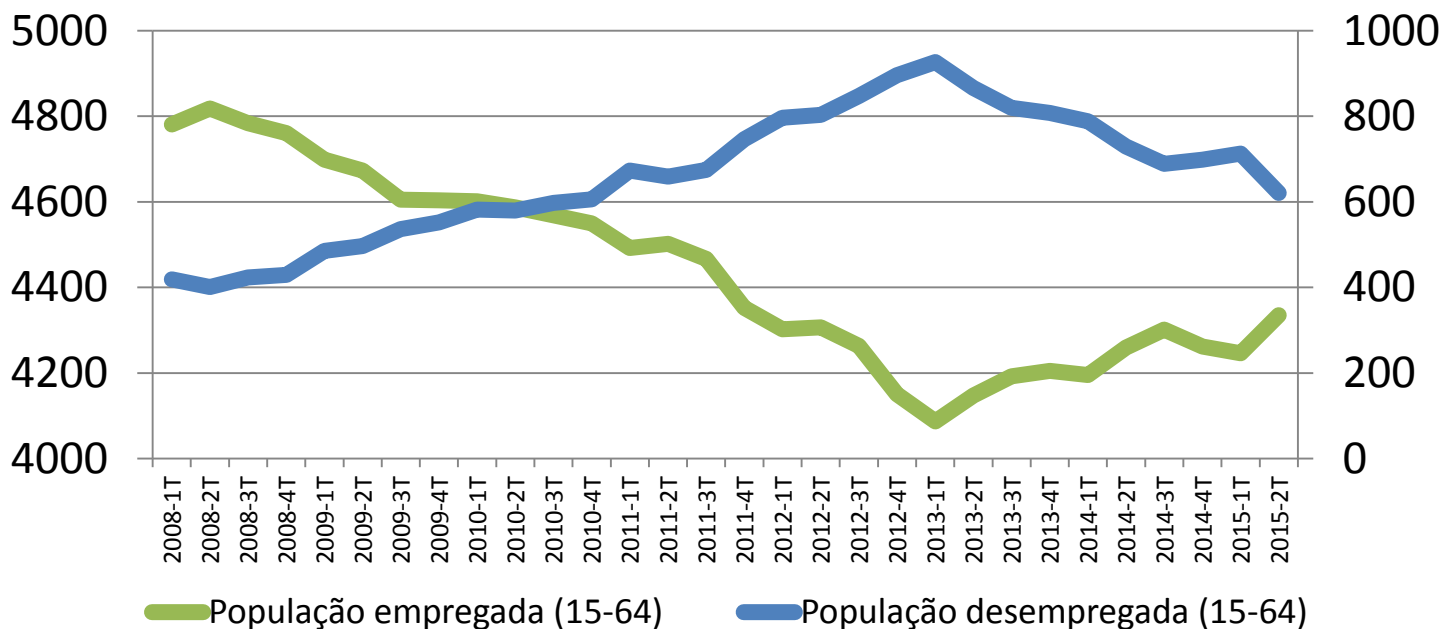
João Cerejeira

[Universidade do Minho – Escola de Economia e Gestão]

Evolução recente dos principais indicadores - 2008-2015

População 15 a 64 anos (fonte: INE)

Emprego e Desemprego



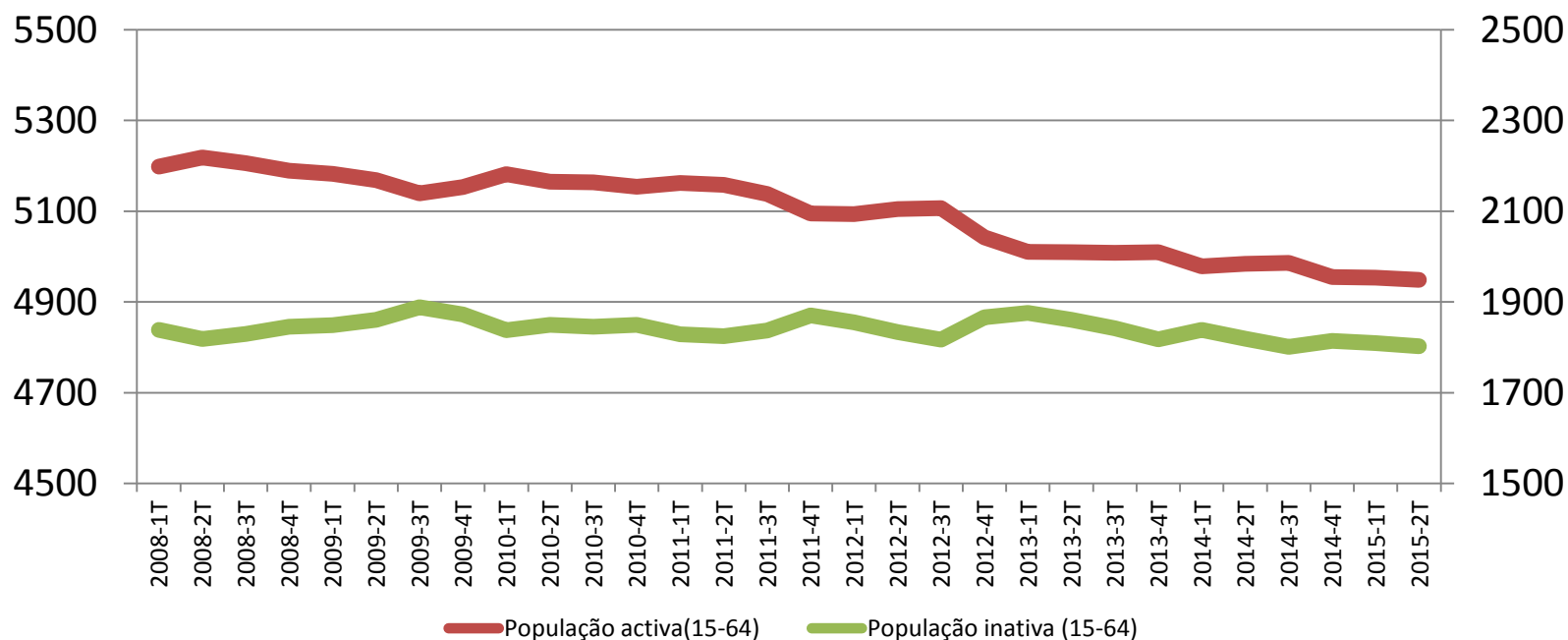
População Empregada (2015-2008/2ºT): **-482,6 mil**

Desemprego (2015-2008/2ºT): **+219,5 mil**

Evolução recente dos principais indicadores - 2008-2015

População 15 a 64 anos (fonte: INE)

Atividade e Inatividade



Var. Pop. Ativa (2015-2008/2ºT): **-269,6 mil**

Var. Pop. Inativa (2015-2008/2ºT): **-16,2 mil**



Var. População Residente:
-285,8 mil

Como avaliam os Partidos esta evolução?

PàF

“Conhecíamos a crise que havíamos herdado, os níveis de desemprego que iria provocar em conjunto com um duro programa de ajustamento que tínhamos de cumprir e por isso cedo apostámos na criação e reforço de apoios à contratação e proteção social em situação de desemprego.”

PS

“A politica de austeridade seguida pela coligação de direita teve como efeito um aumento do desemprego sem precedentes, com efeitos sociais devastadores sobre os jovens, os cidadãos menos qualificados, as famílias e os milhares de portugueses que ficaram sem emprego.”

Como avaliam os Partidos esta evolução?

CDU (PCP)

“Há muito que o País vive uma **grave crise económica e social** que urge vencer. Uma crise estrutural que, sendo anterior, se manifesta com particular agudeza desde o princípio do presente século, coincidindo com **a entrada em circulação da moeda única** e que se ampliou com o agravamento da **crise do sistema capitalista internacional**, transmutada em crise de dívidas soberanas.”

Como avaliam os Partidos esta evolução?

BE

“**Esta radical transformação do país** operou-se a partir de 2010 e **consumou-se no programa de austeridade** assinado, com as instituições da troika (...), pelos partidos do “arco do memorando”- PS, PSD e CDS.

Mas a austeridade é mais do que a senha da catástrofe económica e social portuguesa. É também o nome da **estratégia de acumulação e concentração de riqueza em toda a Europa** e a própria forma da integração europeia dos países da periferia da União.”

Quais as medidas propostas?

1. Regulação do mercado de trabalho – segmentação, contratação e despedimentos

PàF

Atribuição de apoio financeiro às entidades empregadoras que concretizem a criação líquida de emprego, privilegiando as situações de contratação sem termo e as majorações de situações mais vulneráveis e de acrescida dificuldade de integração.

Privilegiar a promoção de emprego permanente e de qualidade, valorizando-o através de discriminação positiva e majorações dos apoios prestados pelas políticas públicas.

PS

Penalizar empresas com excesso de rotatividade;

Combate falsos recibos verdes;

Procedimento conciliatório voluntário

Eliminação trabalho precário no setor público.

CDU

Plano Nacional de Combate à Precariedade e ao Trabalho Ilegal;

Revogação da norma do CT que admite que contratados a prazo possam substituir postos de trabalho permanentes;

Limitação dos contratos de trabalho de duração determinada;

Combate aos falsos recibos verdes e trabalho temporário / externalização de serviços.

BE

Proibição das empresas de trabalho temporário;

Limitação do recurso a “estágios”;

Limitação dos contratos temporários e a prazo (máx. 1 ano);

Reposição do conceito de justa causa;

Proibição de despedimentos coletivos em empresas com resultados positivos.

Proibição de distribuição de dividendos a empresas que procederam a despedimentos.

Quais as medidas propostas?

1. Regulação do mercado de trabalho – sindicatos/contratação coletiva

PàF

n.e.

PS

“Descongelamento” das portarias de extensão;
Articular regulação setorial com práticas ao nível das empresas;
Incentivos à contratação coletiva.
Negociação coletiva no setor público.

CDU

Revogação as normas relativas à caducidade das convenções e repostas as disposições anteriores a 2003;
Publicação de portarias de extensão;
Negociação coletiva no setor público;
Subordinar apoios públicos às empresas a regras sobre cumprimento da legislação do trabalho e da Seg. Social;
Reforçar o papel das estruturas representativas dos trabalhadores.

BE

Promoção liberdade sindical;
Recuperação da negociação coletiva (desbloqueio das portarias de extensão);
Reforço de meios da ACT.

Quais as medidas propostas?

1. Regulação do mercado de trabalho – horas, salários, subsídio de desemprego...

PàF

n.e.

PS

Banco de horas para a esfera da negociação coletiva;
Avaliar regime de proteção no desemprego de independentes;
Complemento salarial anual (crédito fiscal) para salários baixos.

CDU

Aumento real dos salários;
Salário mínimo nacional 600 euros;
Fim de cortes salariais e dos complementos de reforma;
Redução do IRS em escalões mais baixos;
Horário 35 horas (imediata setor público; progressiva setor privado);

BE

Salário mínimo nacional 600 euros;
Horário 35 horas;
Reforço proteção social trabalhador independente;
Novo regime trabalho por turnos;
Limitações à desigualdade de retribuição nas empresas.

Quais as medidas propostas?

3. Políticas ativas de emprego e de qualificação / formação profissional

PàF

Instituir uma medida de apoio à contratação – “Contratação Ativa” – exclusivamente orientada para a integração profissional de beneficiários de proteção no desemprego

discriminação positiva para os “territórios de baixa densidade”
Criar o “Portal do Empreendedorismo”

Desenvolver o programa de apoio às artes e ofícios tradicionais

Instituir “Estágios de Contacto”, de natureza extracurricular, de muito curta duração, a realizar por jovens, de iniciativa voluntária

Publicitar a taxa de empregabilidade e a remuneração média do primeiro emprego para todos os Cursos e Escolas do Ensino Superior.

Alargar a oferta do ensino profissional a todas as regiões do país

Diferenciar entre prática em ambiente simulado de trabalho (prioritário para os alunos até aos 15 anos) e prática em contexto de trabalho (prioritário no ensino secundário e maiores de 16 anos).

Desenvolver Cursos de Especialização Tecnológica (CET), qualificação de nível V

Desenvolver o cheque-formação

Proceder a uma sistemática avaliação da rede de Centros de Emprego e Centros de Formação, com apresentação pública de resultados.

Quais as medidas propostas?

3. Políticas ativas de emprego e de qualificação / formação profissional

PàF

Maximizar, nas atividades de emprego e formação profissional, as oportunidades de desenvolvimento de emprego em áreas de elevado potencial como a economia verde, a reabilitação urbana, a economia digital, os serviços de proximidade e apoio às famílias e pessoas e a economia ligada ao mar.

Estabelecer Planos Estratégicos Sectoriais de Qualificação Profissional, com a participação dos parceiros sociais, considerando a participação das instituições e recursos disponíveis, focalizando a formação inicial e a formação contínua dos ativos, com especial ênfase em sectores industriais, no quadro da estratégia de fomento industrial.

Planos de Capacitação Plurianuais por Territórios que enquadrem as entidades locais com responsabilidades no mercado de trabalho local - Centros de Formação, Escolas da rede pública, Escolas Profissionais, empresas e outras.

Promover a Aprendizagem Dual, enquanto solução de formação de elevado prestígio e reconhecimento, de dupla certificação orientada para os jovens e conferente do 12º ano de escolaridade.

Desenvolver a modalidade de formação - Vida Ativa

Concretizar ações de reconversão de competências de diplomados do ensino superior em áreas de baixa empregabilidade, designadamente para a área das tecnologias de informação e comunicação

Quais as medidas propostas?

3. Políticas ativas de emprego e de qualificação / formação profissional

PS

Políticas seletivas;

Combater o recurso repetido a estágios;

Reformas a tempo parcial e incentivos à contratação de jovens;

Apoio a empresas que contratem jovens desempregados e desempregados de longa duração;

Rede Nacional de Incubadoras;

Rede Nacional de Fab Labs;

Introdução de cursos de empreendedorismo no ensino formal;

Diversificação pedagógica do ensino profissional;

Alargamento do leque de cursos e de qualificações;

Contratos plurianuais com escolas profissionais;

Criação de plataformas territoriais de diálogo, parceria, concertação de políticas;

Substituição do ensino recorrente por cursos de educação e formação de adultos;

Revitalizar a educação e a formação de adultos.

Quais as medidas propostas?

3. Políticas ativas de emprego e de qualificação / formação profissional

- CDU** Concretização do direito à formação contínua nos locais de trabalho, com respeito pela norma das 35 horas anuais obrigatórias de formação e a elaboração de planos de formação nas empresas com a participação dos trabalhadores;
Aprovação de um plano de educação e formação de adultos, bem como de um programa de formação ao longo da vida.
- BE** Fim da obrigatoriedade de apresentação quinzenal de pessoas desempregadas e das chamadas “medidas de procura ativa de emprego”;
Contratos de Emprego Inserção (CEI), CEI+ e CEI Património: a integração em medidas ditas de trabalho socialmente útil é voluntária e não tem implicações na continuidade do benefício de prestações sociais, caso exista. Termina a utilização destes trabalhadores desempregados no suprimento de tarefas correspondentes a postos de trabalho;
Os apoios pagos pela frequência de cursos de educação e formação de adultos devem ser equiparadas ao salário mínimo nacional.

Conclusão

Pontos focais

PàF

Formação
Relevância à procura externa

PS

Relevância à procura interna

Convergência regulação contratos sem termo / contratos temporários (redução da segmentação).

CDU

Política salarial
Limitação à contratação temporária / a prazo
Relevância à procura interna

BE

Limitação à contratação temporária / a prazo
Restrições aos despedimentos
Política salarial